INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Arcos

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Campus Arcos

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Formação e Atuação do Profissional de Apoio Escolar na Perspectiva Inclusiva

Modalidade EaD com Mediação Pedagógica

Arcos

27 de outubro de 2026

INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Arcos

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Campus Arcos

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Formação e Atuação do Profissional de Apoio Escolar na Perspectiva Inclusiva

Modalidade EaD com Mediação Pedagógica

Projeto Pedagógico do curso "Formação e Atuação do Profissional de Apoio Escolar na Perspectiva Inclusiva", submetido à Diretoria Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Arcos como requisito parcial para a aprovação de Curso FIC.

Arcos

27 de outubro de 2026.

Sumário

1. Dados institucionais
2. Dados gerais do curso
3. Justificativa
4. Objetivos do curso
5. Público-alvo
6. Pré-requisitos e mecanismos de acesso ao curso
7. Perfil do Egresso
8. Matriz curricular
9. Ementário
10. Procedimentos didático-metodológicos
11. Descrição dos principais instrumentos de avaliação
12. Definição dos mínimos de frequência e/ou aproveitamento da aprendizagem para fins de aprovação/certificação
13. Infraestrutura física e equipamentos

1. Dados institucionais

Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus* Arcos
CNPJ	10.626.896/0001-72
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Avenida Juscelino Kubitschek, 485, Bairro Brasília, Arcos - MG, 35.600-306
Telefone/Fax	(37) 3351 - 5173
Site da instituição	www.ifmg.edu.br/arcos

2. Dados gerais do curso

Nome do curso	Formação e Atuação do Profissional de Apoio Escolar na Perspectiva Inclusiva
Número de vagas	720
Área de conhecimento	Professor de apoio educacional – CBO 3321-05
Carga horária	120 h
Modalidade da oferta	( ) Presencial ( ) Semipresencial (x) À distância com mediação pedagógica
Turno	( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite (x) Não se aplica
Público Alvo	Professores das redes públicas municipal e estadual
Ato legal de autorização	A preencher após aprovação e emissão da portaria de autorização

3. Justificativa

O presente documento apresenta o projeto pedagógico do Curso de Formação Continuada (FIC) em "Formação e Atuação do Profissional de Apoio Escolar na Perspectiva Inclusiva", na modalidade EaD. Este projeto de curso contextualiza e define que a construção de uma educação pública inclusiva, equitativa e de qualidade exige o compromisso de toda a comunidade escolar com a garantia do direito à educação, ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, torna-se fundamental investir na formação continuada dos profissionais da educação, especialmente daqueles que atuam diretamente no acompanhamento e no apoio aos estudantes público-alvo da educação especial, considerando suas necessidades, potencialidades, singularidades e diferentes formas de aprender e interagir.

A presença do profissional de apoio escolar nas instituições de ensino representa um importante recurso para a promoção da acessibilidade, da participação e da autonomia dos estudantes que necessitam desse acompanhamento. Entretanto, para que sua atuação contribua efetivamente para a inclusão, é necessário que esse profissional compreenda suas atribuições, responsabilidades e limites de atuação, bem como os princípios que fundamentam a educação inclusiva e as políticas públicas que asseguram os direitos das pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a formação continuada constitui uma estratégia essencial para qualificar as práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, favorecendo a compreensão do papel do profissional de apoio escolar como colaborador do processo educativo, em articulação com os professores, a equipe gestora, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), as famílias e os demais profissionais envolvidos. Essa articulação é indispensável para evitar práticas que promovam a segregação, a dependência excessiva ou a substituição das responsabilidades pedagógicas dos docentes, fortalecendo, em contrapartida, a autonomia e a participação dos estudantes nas diferentes atividades e espaços da escola.

A proposta do curso "Formação e Atuação do Profissional de Apoio Escolar na Perspectiva Inclusiva" justifica-se, portanto, pela necessidade de ampliar os conhecimentos teóricos e práticos dos profissionais da rede pública de ensino, possibilitando a reflexão sobre os desafios da inclusão escolar e a construção de estratégias que contribuam para a eliminação das barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes.

A formação também busca fortalecer uma cultura institucional pautada no respeito à diversidade humana, na valorização das diferenças, na equidade, na acessibilidade e no enfrentamento de todas as formas de preconceito e discriminação. Para isso, pretende-se proporcionar aos participantes oportunidades de estudo, reflexão e compartilhamento de experiências, relacionando os fundamentos legais e pedagógicos da educação inclusiva às situações vivenciadas no cotidiano das escolas públicas.

A iniciativa fundamenta-se nos princípios da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e das demais normas e políticas educacionais pertinentes, observadas suas atualizações e regulamentações aplicáveis. Esses marcos legais reforçam a responsabilidade do poder público e das instituições de ensino na promoção de condições que assegurem uma educação acessível, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento de todos os estudantes.

Dessa forma, o projeto pretende contribuir para o fortalecimento das políticas de educação inclusiva na rede pública de ensino, qualificando a atuação dos profissionais de apoio escolar e favorecendo a construção de ambientes educativos mais acolhedores, acessíveis e participativos. Espera-se que os conhecimentos desenvolvidos durante a formação se traduzam em práticas profissionais mais conscientes, colaborativas e humanizadas, reafirmando o compromisso da escola pública com a garantia dos direitos educacionais e com a aprendizagem de todos, sem discriminação.

4. Objetivos do curso

Promover a formação dos profissionais da rede pública de ensino para a compreensão dos fundamentos da educação inclusiva e para o exercício qualificado da função de profissional de apoio escolar, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes que contribuam para a eliminação de barreiras à aprendizagem, à participação, à autonomia e à convivência dos estudantes público-alvo da educação especial, em articulação com os professores, a equipe pedagógica e a comunidade escolar, respeitando as singularidades, os direitos e as potencialidades de cada estudante.

5. Público-alvo

O curso, na modalidade EaD, é destinado a pessoas maiores de 18 anos, que sejam professores da rede pública municipal e estadual.

6. **Pré-requisitos e mecanismos de acesso ao curso**

O ingresso no curso de Formação Continuada em Formação e Atuação do Profissional de AEE deve atender aos requisitos e critérios vigentes nas legislações federais e normas internas do IFMG.

O ingresso neste curso se dá por meio de inscrição em edital específico.

7.Perfil do egresso

Espera-se que o professor egresso esteja apto a identificar e contribuir para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, planejar e desenvolver estratégias pedagógicas acessíveis, selecionar e utilizar recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, bem como colaborar na elaboração e implementação de ações e recursos pedagógicos que atendam às especificidades e potencialidades dos estudantes.

O profissional deverá desenvolver competências para atuar de forma colaborativa com professores regentes, equipes pedagógicas, gestores, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educativo, contribuindo para a construção de práticas inclusivas, para a articulação entre o AEE e o ensino comum e para a promoção da autonomia e da participação dos estudantes nos diferentes espaços escolares.

O egresso também deverá demonstrar capacidade de análise crítica das políticas públicas e da legislação vigente, compromisso ético com os direitos humanos, respeito à diversidade e à singularidade dos estudantes, além de responsabilidade quanto à acessibilidade, à proteção de informações pessoais e à promoção da equidade educacional.

Ao concluir o curso, espera-se que o professor esteja preparado para mobilizar os conhecimentos adquiridos na reflexão e no aprimoramento de sua prática profissional, contribuindo para a construção de ambientes educacionais acessíveis, acolhedores e comprometidos com a efetivação do direito à educação inclusiva, bem como para o desenvolvimento de uma cultura institucional que reconheça e valorize a diversidade humana.

8. Matriz curricular

Ordem	Unidade Curricular	Carga Horária Total
01	Módulo 1 – Fundamentos legais e políticos da Educação Especial Inclusiva e do apoio escolar	15 h
02	Módulo 2 – Identidade, atribuições, limites e ética do profissional de apoio escolar.	15 h
03	Módulo 3 – Cuidados educativos, acessibilidade, autonomia e participação	15 h
04	Módulo 4 – Comunicação, interação social, CAA e Tecnologia Assistiva	15 h
05	Módulo 5 – Trabalho colaborativo, AEE, PAEE e práticas inclusivas	30 h
06	Módulo 6 – Módulos Obrigatórios Transversais: educação inclusiva, gestão e meio ambiente.	30 h

9. Ementário

Legislação, papel e diretrizes de atuação do profissional de apoio escolar conforme a Lei Brasileira de Inclusão e o Decreto nº 12.686/2025. Funções e limites de atuação: suporte em locomoção, higiene, alimentação, interação social e comunicação. Promoção da autonomia e participação plena. Comunicação alternativa. Tecnologia assistiva. Trabalho colaborativo com a equipe pedagógica. Inclui as 30h de Módulos Obrigatórios transversais sobre educação inclusiva, gestão e meio ambiente.

A organização curricular a seguir constitui uma proposta técnico-pedagógica de distribuição da carga horária, elaborada a partir da ementa institucional e dos conteúdos do Caderno 13.

Distribuição da carga horária: 120 horas
Formação específica — 90 h
Transversal — 30 h

Disciplina: Fundamentos legais e políticos da Educação Especial Inclusiva e do apoio escolar		
Carga horária total: 15 h	**Abordagem metodológica:** Teórica	**Natureza:** Obrigatória

EMENTA:

Fundamentos históricos, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Direito à educação, acessibilidade, equidade e eliminação de barreiras. Marcos normativos nacionais e internacionais. A configuração do profissional de apoio escolar como medida de apoio à inclusão.

Objetivo Geral:

Compreender os fundamentos históricos, políticos e legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, analisando os marcos normativos nacionais e internacionais que asseguram o direito à educação, à acessibilidade, à equidade e à eliminação de barreiras, bem como o papel do profissional de apoio escolar na promoção da inclusão e da participação dos estudantes.

Bibliografia Básica:

- Caderno 13 - Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.
- BRASIL. Decreto nº 12.733, de 8 de dezembro de 2025.
- HAAS, Clarissa; SCHIRMER, Carolina Rizzotto; SIEMS, Maria Edith Romano. Educação inclusiva e profissional de apoio escolar. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 13).
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421/2026, referenciada na proposta preliminar do CERFOCS/MG.

Disciplina: Identidade, atribuições, limites e ética do profissional de apoio escolar		
Carga horária total: 15 h	**Abordagem metodológica:** Teórica	**Natureza:** Obrigatória

EMENTA:

Natureza educativa e colaborativa da atuação do profissional de apoio escolar. Identidade profissional e delimitação de atribuições. Ética do cuidado, interdependência e enfrentamento do capacitismo. Distinção entre atividades de apoio, docência e Atendimento Educacional

Especializado. Funções e responsabilidades; direitos e dignidade dos estudantes; privacidade e respeito ao corpo; ética profissional; superproteção; limites de atuação; relações com professores, estudantes e famílias; situações de desvio de função.

Objetivo Geral:

Compreender a natureza educativa e colaborativa da atuação do profissional de apoio escolar, reconhecendo sua identidade profissional, suas atribuições e seus limites de atuação, com base nos princípios da ética do cuidado, da interdependência, do respeito à autonomia dos estudantes e do enfrentamento ao capacitismo, distinguindo suas funções daquelas exercidas pelos docentes e pelos profissionais responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Bibliografia Básica:

- Caderno 13 - Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.
- BRASIL. Decreto nº 12.733, de 8 de dezembro de 2025.
- HAAS, Clarissa; SCHIRMER, Carolina Rizzotto; SIEMS, Maria Edith Romano. Educação inclusiva e profissional de apoio escolar. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 13).
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421/2026, referenciada na proposta preliminar do CERFOCS/MG.

Disciplina: Cuidados educativos, acessibilidade, autonomia e participação		
Carga horária total:	**Abordagem metodológica:**	**Natureza:**
15 h	Teórica com conteúdo não presencial	Obrigatória

EMENTA:

Práticas de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação e participação escolar. Cuidados educativos fundamentados na dignidade humana, na acessibilidade e na promoção da autonomia. Identificação de barreiras nos diferentes espaços e tempos escolares.

Mobilidade e deslocamento; cuidados pessoais; alimentação e higiene; acessibilidade nos ambientes escolares; promoção de escolhas; autonomia e interdependência; prevenção de práticas assistencialistas; cuidados nos diferentes níveis e etapas de ensino.

Objetivo geral:

Desenvolver conhecimentos e competências para a realização de práticas de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação e participação escolar, fundamentadas na dignidade humana, na acessibilidade, no respeito às singularidades e na promoção da autonomia e da interdependência dos estudantes, visando à identificação e à eliminação de barreiras nos diferentes espaços e tempos escolares e à prevenção de práticas assistencialistas, considerando as necessidades específicas das diferentes etapas e níveis de ensino.

Bibliografia Básica:

- Caderno 13 - Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.
- BRASIL. Decreto nº 12.733, de 8 de dezembro de 2025.
- HAAS, Clarissa; SCHIRMER, Carolina Rizzotto; SIEMS, Maria Edith Romano. Educação inclusiva e profissional de apoio escolar. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 13).
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421/2026, referenciada na proposta preliminar do CERFOCS/IFMG

Disciplina: Comunicação, interação social, CAA e Tecnologia		
Carga horária total:	**Abordagem metodológica:**	**Natureza:**
30 h	Teórica com conteúdo não presencial	Obrigatória

EMENTA:

Fundamentos da acessibilidade comunicacional e da interação social na escola inclusiva. Comunicação Aumentativa e Alternativa e Tecnologia Assistiva como recursos de acessibilidade. Papel do profissional de apoio na utilização orientada de estratégias e recursos definidos pela equipe pedagógica e pelo AEE.

Conteúdos: Barreiras comunicacionais; comunicação verbal e não verbal; símbolos e pictogramas; pranchas de comunicação; recursos de baixa e alta tecnologia; interação entre pares; utilização funcional de recursos de TA; limites profissionais na seleção e elaboração de recursos especializados.

OBJETIVO:

Compreender os fundamentos da acessibilidade comunicacional e da interação social no contexto da educação inclusiva, desenvolvendo conhecimentos para a utilização orientada de estratégias de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) e de recursos de Tecnologia Assistiva (TA), conforme as orientações da equipe pedagógica e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando à eliminação de barreiras comunicacionais, à ampliação da participação e da interação entre os estudantes e ao respeito aos limites de atuação do profissional de apoio escolar.

Bibliografia Básica:

- Caderno 13 - Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.
- BRASIL. Decreto nº 12.733, de 8 de dezembro de 2025.
- HAAS, Clarissa; SCHIRMER, Carolina Rizzotto; SIEMS, Maria Edith Romano. Educação inclusiva e profissional de apoio escolar. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 13).
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421/2026, referenciada na proposta preliminar do CERFOCS/MG.

Disciplina:Trabalho Colaborativo, AEE, PAEE e Práticas Inclusivas		
Carga horária total: 15 h	**Abordagem metodológica:** Teórica	**Natureza:** Obrigatória

EMENTA:

Organização institucional do apoio escolar e articulação entre profissionais da educação. Estudo de Caso e Plano de Atendimento Educacional Especializado. Participação do profissional de apoio nos processos colaborativos. Análise de práticas inclusivas nas diferentes etapas e modalidades de ensino. Projeto Político-Pedagógico; atribuições do professor regente e do professor do AEE; Estudo de Caso; PAEE; acompanhamento dos apoios; observação e comunicação com a equipe; estudos de situações escolares; estratégias de atuação colaborativa.

Objetivo geral:

Compreender a organização institucional do apoio escolar e os princípios do trabalho colaborativo na educação inclusiva, reconhecendo as atribuições dos profissionais da educação e a contribuição do profissional de apoio nos processos de observação, acompanhamento e comunicação com a equipe pedagógica, articulados ao Estudo de Caso e ao Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), visando ao aprimoramento das práticas inclusivas nas diferentes etapas e modalidades de ensino.

Bibliografia Básica:

- Caderno 13 - Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.
- BRASIL. Decreto nº 12.733, de 8 de dezembro de 2025.
- HAAS, Clarissa; SCHIRMER, Carolina Rizzotto; SIEMS, Maria Edith Romano. Educação inclusiva e profissional de apoio escolar. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 13).
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421/2026, referenciada na proposta preliminar do CERFOCS/MG

Disciplina: Módulos Obrigatórios Transversais		
Carga horária total: 30 h	**Abordagem metodológica:** Teórica com conteúdo não presencial	**Natureza:** Obrigatória

EMENTA

Formação transversal em educação inclusiva, gestão e meio ambiente, conforme as orientações curriculares estabelecidas pela DIPEPI/SECADI/MEC para os cursos vinculados ao Plano Bienal de Formação.

OBJETIVOS:

Compreender os princípios e as práticas da educação inclusiva, da gestão educacional e da educação ambiental, articulando esses campos às políticas públicas e às orientações curriculares estabelecidas pela DIPEPI/SECADI/MEC, de modo a promover uma atuação profissional ética, colaborativa e comprometida com a equidade, a sustentabilidade, a valorização da diversidade e a garantia do direito à educação.

Bibliografia Básica:

- Caderno 13 - Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.
- BRASIL. Decreto nº 12.733, de 8 de dezembro de 2025.
- HAAS, Clarissa; SCHIRMER, Carolina Rizzotto; SIEMS, Maria Edith Romano. Educação inclusiva e profissional de apoio escolar. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026. (Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, v. 13).
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421/2026, referenciada na proposta preliminar do CERFOCS/MG.

10.Procedimentos didático-metodológicos

O Curso de Formação Continuada (FIC) de Formação e Atuação do Profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado na modalidade Educação a Distância (EaD), adotará procedimentos didático-metodológicos fundamentados na articulação entre teoria e prática, na aprendizagem colaborativa, na reflexão crítica e na valorização das experiências profissionais dos cursistas, visando ao desenvolvimento de conhecimentos e competências necessários à promoção da educação inclusiva.

O processo de ensino e aprendizagem será desenvolvido por meio de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que disponibilizará materiais didáticos, conteúdos organizados por módulos ou unidades de estudo, atividades formativas, orientações pedagógicas, fóruns de discussão e instrumentos de acompanhamento e avaliação. Serão utilizados recursos digitais diversificados, como videoaulas, textos de referência, legislações, materiais acessíveis, apresentações, podcasts, estudos dirigidos e objetos de aprendizagem, de modo a favorecer a autonomia, a flexibilidade e a participação dos estudantes.

As estratégias metodológicas contemplarão:

- Estudos teóricos orientados: leitura e análise de textos acadêmicos, documentos normativos, políticas públicas e legislações relacionadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva, ao AEE e à atuação dos profissionais envolvidos nos processos de inclusão escolar.
- Videoaulas e materiais didáticos digitais: disponibilização de conteúdos explicativos e orientações para o desenvolvimento dos estudos, acompanhados de materiais complementares que favoreçam a compreensão e a consolidação dos conhecimentos.
- Fóruns de discussão e atividades colaborativas: promoção do diálogo, da troca de experiências e da reflexão coletiva sobre os desafios da inclusão escolar, as barreiras à aprendizagem e à participação e as possibilidades de atuação profissional.
- Estudos de caso e situações-problema: análise de situações contextualizadas do cotidiano escolar, visando à identificação de barreiras, à discussão de estratégias de acessibilidade e à compreensão das atribuições e dos limites de atuação do profissional de AEE, conforme a organização e as orientações institucionais aplicáveis.
- Atividades práticas e aplicadas: elaboração de propostas de intervenção, análise de recursos de acessibilidade, identificação de tecnologias assistivas e construção de estratégias

colaborativas que contribuam para a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes.

- Atividades de reflexão e autoavaliação: realização de registros reflexivos, questionários, sínteses de aprendizagem e atividades de autoavaliação, possibilitando ao cursista acompanhar seu desenvolvimento e relacionar os conhecimentos adquiridos à prática profissional.
- Encontros síncronos, quando previstos no planejamento do curso: realização de web conferências, rodas de conversa, palestras e momentos de esclarecimento de dúvidas, favorecendo a interação entre docentes, tutores e cursistas.

A mediação pedagógica será realizada por professores e/ou tutores, conforme a organização institucional, por meio do acompanhamento das atividades, da orientação dos estudos, do esclarecimento de dúvidas e da oferta de devolutivas formativas. Serão adotadas estratégias de acessibilidade digital e comunicacional, com atenção à disponibilização de materiais em formatos acessíveis, à clareza das orientações e à diversidade dos perfis dos cursistas.

A avaliação da aprendizagem terá caráter contínuo, processual e formativo, considerando a participação nas atividades propostas, a compreensão dos conteúdos, a capacidade de análise crítica e a aplicação dos conhecimentos em situações relacionadas à atuação profissional. Poderão ser utilizados questionários, fóruns avaliativos, estudos de caso, atividades individuais e colaborativas e produções aplicadas, de acordo com os objetivos de cada componente curricular e os critérios estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Dessa forma, a metodologia buscará promover uma formação contextualizada, acessível e comprometida com os princípios da educação inclusiva, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia dos cursistas, da atuação colaborativa entre os profissionais da educação e da construção de práticas que favoreçam a eliminação de barreiras e a efetivação do direito à educação.

11.Descrição dos principais instrumentos de avaliação

A avaliação de desempenho dos alunos será composta pela realização de provas e, a critério do professor, a entrega de trabalhos dissertativos.

Para a avaliação da prática docente e do curso, os alunos serão convidados a responder um questionário de satisfação sobre a qualidade do curso, do ambiente virtual e do material didático.

12.Definição dos mínimos de frequência e/ou aproveitamento da aprendizagem para fins de aprovação/certificação

Para aprovação e certificação no curso serão exigidos: nota média final igual ou maior a 60 pontos. Fará jus ao certificado de capacitação o/a aluno/a que for aprovado/a em todas as disciplinas do curso. O trâmite para emissão dos certificados seguirá o previsto no regulamento de ensino do IFMG (IFMG, 2026), no regimento interno do campus Arcos e demais normas internas aplicáveis.

13.Infraestrutura física e equipamentos

A oferta do curso na modalidade a distância será sustentada pela infraestrutura institucional do IFMG Campus Arcos e pelos recursos tecnológicos de todo o IFMG disponíveis para a organização, o desenvolvimento e o acompanhamento das atividades acadêmicas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle será utilizado como plataforma principal para a disponibilização de materiais didáticos, videoaulas, atividades avaliativas, fóruns, comunicados, orientações acadêmicas e acompanhamento da participação e da aprendizagem dos estudantes.

O campus dispõe de estrutura física e tecnológica de apoio à produção e à transmissão de conteúdos educacionais, incluindo estúdio audiovisual equipado para gravação de videoaulas, realização de encontros síncronos, palestras, entrevistas e demais atividades formativas mediadas por tecnologias digitais. Esses recursos serão utilizados pelos docentes e pela equipe do curso na produção de materiais didáticos, nas ações de acolhimento, nas atividades complementares e nos momentos de interação com profissionais da área

O curso contará com apoio da biblioteca física e virtual, de repositórios digitais, dos canais de comunicação institucional e de ferramentas tecnológicas compatíveis com a modalidade EaD.

Os materiais didáticos e as salas virtuais seguirão diretrizes e padrões definidos pelo Comitê de EaD do campus e pelas orientações institucionais relativas à produção de materiais para cursos a distância, incluindo o Catálogo de Suporte à Produção de Materiais Didáticos do IFMG

O suporte ao AVA Moodle será realizado por meio de orientações iniciais na disciplina de Ambientação ao EaD, de tutoriais, de comunicados disponibilizados na sala virtual e dos canais de atendimento definidos pela coordenação do curso.

estudantes utilizarão o fórum geral de dúvidas para solicitar orientações sobre acesso à plataforma, navegação no ambiente virtual, localização de materiais, envio de atividades, participação em

fóruns, realização de avaliações e uso das ferramentas digitais previstas no curso.

Quando necessário, serão realizados atendimentos síncronos agendados para esclarecimento de dúvidas técnicas ou acadêmicas relacionadas ao uso do AVA Moodle e dos demais recursos tecnológicos. Também serão utilizados e-mail institucional, mensagens no próprio ambiente virtual e outros canais definidos pela coordenação para atendimento individualizado.

A infraestrutura da oferta também contemplará condições de acessibilidade e inclusão. Quando identificadas necessidades educacionais específicas, a coordenação do curso articulará, junto aos setores institucionais competentes, especialmente o NAPNEE, estratégias de apoio, adequação de materiais, orientação pedagógica e acompanhamento individualizado, de modo a favorecer a participação, a permanência e o êxito dos estudantes na modalidade a distância.

14. Considerações Finais

Considerando a constante necessidade de aprimoramento das políticas, diretrizes e aspectos pedagógicos da educação, visualizando, em especial, o alinhamento com as demandas sociais do país, este projeto pedagógico de curso não se configura como documento final e acabado. Ao contrário, prima-se e pela constante discussão pela sua melhoria, sendo propostas adequações e revisões, sempre que pertinente.